

Mini Curso: Legislação do SUS para Concursos

Foco em Alto Rendimento e Atualizações Práticas até 2026

Este guia foi estruturado estritamente para fins de revisão rápida e memorização dos pontos mais cobrados pelas principais bancas organizadoras (FGV, Cebraspe, Instituto AOCB, IBFC). Use este material como um roteiro lógico de estudo focado na literalidade da lei e nas atualizações recentes.

Módulo 1: A Base Constitucional (Artigos 196 a 200 da CF/88)

A Constituição Federal de 1988 é onde o Sistema Único de Saúde é formalmente instituído. As bancas costumam cobrar a exata letra da lei deste bloco.

- **Artigo 196:** Define a saúde como um "*direito de todos e dever do Estado*", garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos.
- **Artigo 198:** Apresenta as diretrizes organizacionais do SUS:
 1. Descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
 2. Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
 3. Participação da comunidade.
- **Artigo 200:** Define as competências do SUS (executar ações de vigilância sanitária, epidemiológica, saúde do trabalhador, entre outras).

Módulo 2: A Lei Orgânica da Saúde — Lei nº 8.080/1990

É o texto jurídico mais importante e extenso das provas de saúde. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.

Princípios do SUS (Artigo 7º)

As bancas adoram confundir os princípios doutrinários com as diretrizes. Memorize os três pilares fundamentais:

Princípio	O que significa na prática?
Universalidade	Acesso a todos os cidadãos, sem qualquer tipo de discriminação ou barreira de entrada.
Integralidade	Atendimento completo, considerando o indivíduo como um todo, desde a prevenção até a alta complexidade.
Equidade	Tratar desigualmente os desiguais para atingir a igualdade real (oferecer mais a quem precisa de mais).

ATUALIZAÇÃO FOCO 2026: Telessaúde no SUS

A incorporação oficial da Telessaúde na Lei nº 8.080/1990 regulamentou a prática de atendimento à distância em todo o território nacional, sob as diretrizes de consentimento do paciente, confidencialidade de dados (LGPD) e responsabilidade profissional. Questões de prova recentes cobram fortemente os limites e obrigações legais dessa modalidade.

Módulo 3: Participação da Comunidade e Financiamento — Lei nº 8.142/1990

Uma lei curta, porém com altíssima taxa de incidência em concursos. Ela define as duas instâncias colegiadas do SUS:

- **Conferências de Saúde:** Reúnem-se a cada **4 anos** com representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde. São convocadas pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, por este ou pelo Conselho de Saúde.
- **Conselhos de Saúde:** Têm caráter **permanente e deliberativo**. Atuam na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros.

Composição Paritária

Tanto os Conselhos quanto as Conferências possuem composição dividida de forma estrita: **50% de Usuários (pacientes/comunidade)**, 25% de Profissionais de Saúde e 25% de Prestadores de Serviços/ Representantes do Governo.

Módulo 4: Organização das Redes de Atenção — Decreto nº 7.508/2011

Este decreto veio para regulamentar a Lei nº 8.080/1990, definindo conceitos fundamentais que as bancas cobram como pegadinhas de associação direta:

- **Região de Saúde:** Espaço geográfico contínuo constituído por agrupamentos de Municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhadas.
- **Portas de Entrada:** Serviços de atendimento inicial à saúde do SUS. São exclusivamente: a Atenção Primária, a Atenção de Urgência e Emergência, a Atenção Psicossocial (CAPS) e os Serviços Especializados de Acesso Aberto.
- **COAP (Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde):** Acordo firmado entre os entes federativos para organizar a integração das ações e serviços de saúde na rede de atenção.

Planejamento Final de Estudos

Para fixar este conteúdo até a data da sua prova, faça ciclos semanais divididos em leitura ativa da lei seca, revisão deste guia e resolução de no mínimo 30 questões de fixação por módulo. A repetição exaustiva dos termos técnicos é o segredo para a aprovação.